

VIII

Seminário Internacional

políticas culturais

23 a 26 de maio de 2017 - Rio de Janeiro

Anais

Organizadores

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Marcelo Viana

Deborah Rebello Lima

Seminário Internacional Políticas Culturais (8. : 2017 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 23 a 26 de maio de 2017, Rio de Janeiro / Organizadores, Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

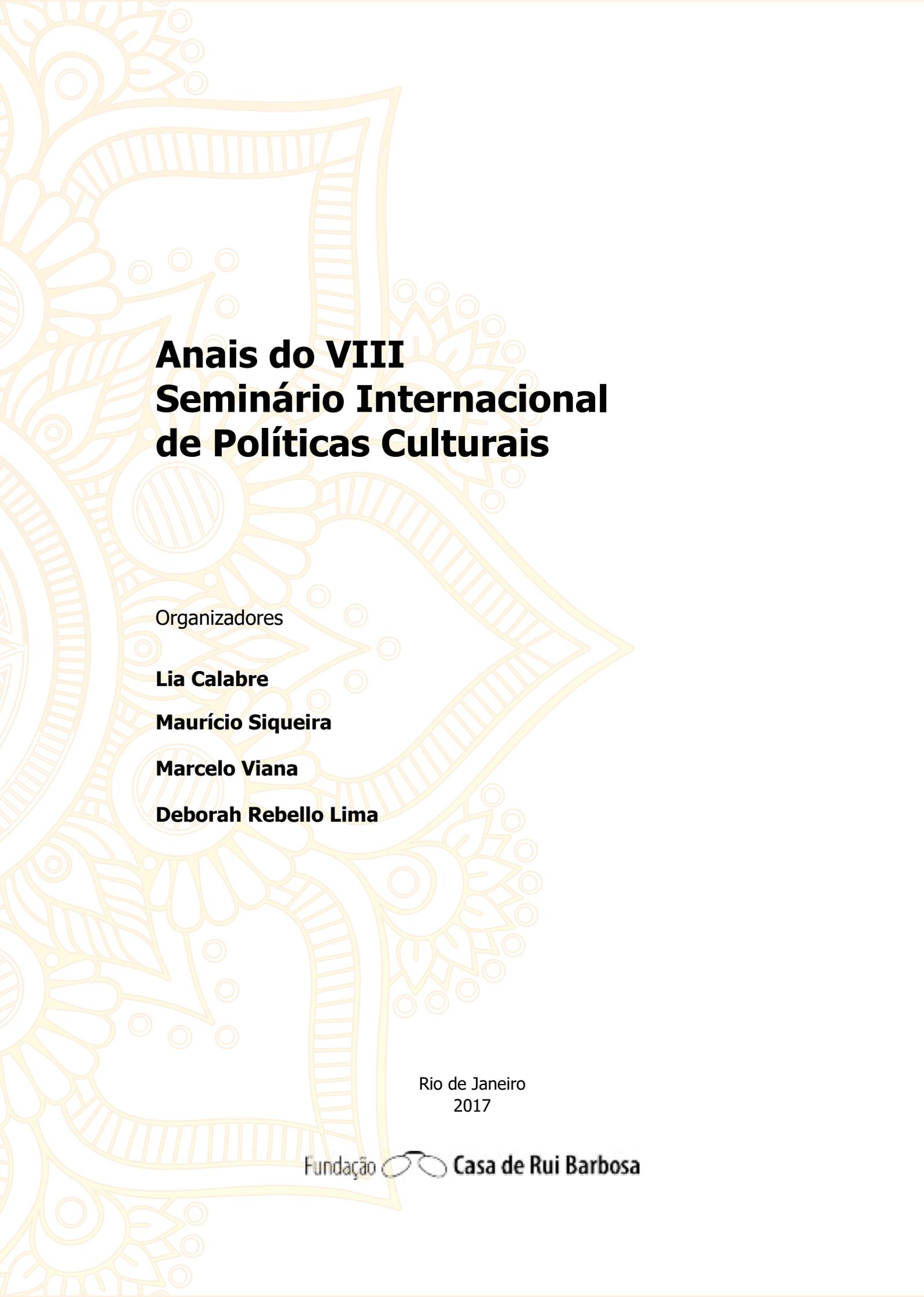
1 ebook (1.224 p.).

Modo de acesso: World WideWeb: <URL>

ISBN 978-85-7004-356-6

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Viana, Marcelo, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Marcelo Viana

Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
2017

Fundação  Casa de Rui Barbosa

MUSEUS COMUNITÁRIOS: CONTROVÉRSIAS CONCEITUAIS EM UM CAMPO EM DEFINIÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMO POLÍTICA CULTURAL

Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca¹

RESUMO: Este artigo expõe e problematiza teoricamente parte do processo e controvérsias conceituais existentes no processo atual de formação do conceito de Museu Comunitário, dentro do campo da museologia e através de questionamentos das ciências sociais, tendo como perspectiva o desenvolvimento da política cultural na área, sobretudo, a Política Nacional de Museus.

PALAVRAS-CHAVE: Museu, comunidade, Museologia Social, Ciências Sociais, Políticas Culturais

¹ Professor da Faculdade de Políticas Públicas – UEMG, Consultor do Programa Pontos de Memória / IBRAM / OEI (2015-16). Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, Mestre em Sociologia Urbana pelo IPPUR-UFRJ; Pesquisador, Gestor Cultural e Produtor Audiovisual, contatorodolfofonseca@gmail.com / www.filmesderodolfofonseca.blogspot.com



Este artigo tem como objetivo expor e problematizar teoricamente parte do processo, e controvérsias conceituais existentes, na formação do conceito de Museu Comunitário dentro do campo da museologia em diálogo com as ciências sociais, trilhando o caminho de desenvolvimento do campo como Política Cultural.

O Museu Comunitário é ainda um termo ou conceito em formação no campo da museologia, debatido entre museólogos, militantes da chamada museologia social e gestores culturais, e ainda pouco abordado do ponto de vista das ciências sociais, além de contar com poucas políticas culturais e museológicas específicas.

Nesse sentido, podemos questionar: os Museus Comunitários podem ser entendidos como uma forma de associativismo local? O que o distingue de outras formas de organização social como associações de bairro, centros comunitários, movimentos sociais ou mesmo entidades assistenciais autogeridas? O que os distingue de outras formas de museus? Como desenhar políticas culturais específicas?

Se levarmos em conta que o conceito de comunidade é um conceito caro às ciências sociais, apesar dos mais diversificados usos a que ele se aplica, podemos dizer que a ciência social tem muito a contribuir para formação e posterior consolidação de um conceito multidisciplinar de Museus Comunitários, e para o desenvolvimento de uma política cultural específica para área, a exemplo do Programa Pontos de Memória / IBRAM / Minc / OEI².

Na primeira parte do artigo, recupero uma revisão da origem do conceito de museus comunitários advinda da formação e debate de ideias no campo da museologia, tendo como guia o artigo de Tereza Scheiner (2012). Na segunda parte, problematizo de maneira generalista o conceito de comunidade no âmbito das ciências sociais, em contraposição a chamada atuação comunitária e gestão participativa de museus instituídos.

E por fim, na terceira parte, concluo com questões levantadas pelo processo de construção do conceito de museus comunitários, algumas já apontadas por outros autores da museologia e atualizadas por problemáticas levantadas a partir das ciências sociais e do campo das políticas culturais.

Vale dizer que não se pretende estabelecer ou defender um conceito definitivo ou suficientemente abrangente de Museu Comunitário, mas enriquecer o debate a partir das problematizações das ciências sociais, valorizando a ação de grupos sociais na afirmação de sua própria representação e memória social. Incentivando, por sua vez, a participação ativa das comunidades nos museus, e dos museus nas comunidades, como norteadora de políticas culturais.

Disputas e controvérsias conceituais

Como aponta Tereza Scheiner (2012), em seu artigo - Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas, o campo da museologia é um campo disciplinar recente e em desenvolvimento, *“...e sua consolidação como um campo disciplinar depende, necessariamente, da continuada revisão de seus fundamentos e premissas – e de uma perspectiva crítica sempre renovada sobre a sua produção* (SCHEINER, 2012), consolidação esta, que pode ser estendida ao campo profissional e como política pública.

2 Programa Desenvolvido em cooperação entre Instituto Brasileiro de Museus / Minc e Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI desde 2009.



Vale destacar que a disciplina da Museologia se desenvolveu muito recentemente enquanto campo de estudo, e apenas nos últimos vinte anos, num processo que Tereza Scheiner (2012) chama de:

“...um sistemático e consistente desenvolvimento como campo disciplinar: uma teoria da Museologia no universo acadêmico com metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação)” (SCHEINER, 2012, p. 16).

Assim, a própria Museologia se definiu como uma disciplina de caráter transdisciplinar, “*dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu*”, ou ainda, “*como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço*” (SCHEINER, 2012).

Historicamente, a grande maioria dos museus tradicionais brasileiros foram fundados ou financiados através de dois caminhos: 1) Grandes colecionadores de arte ou artistas, em diálogo com empresários fundam museus privados ou particulares; Como exemplos temos o Museu de Arte Moderna de São Paulo, o Museu Iberê Camargo, o Museu de Arte Contemporânea Inhotim, o Museu de Artes e Ofícios, etc. 2) O poder público, seja ele, municipal, estadual ou federal reconhece e financia, em algum momento, um determinado espaço e manutenção de acervo artístico ou público, constituindo-o como instituição museológica. Como exemplos temos, o Museu de Arte da Pampulha, a Pinacoteca de São Paulo, Museu Imperial de Petrópolis, Museu da Inconfidência, Museu Histórico Nacional, e os 30 museus federais administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, etc.

Se os museus são a representação da sociedade humana, no tempo e no espaço, caberia-nos questionar de qual ponto de vista da representação humana os museus tradicionais, de fato, promoveram ou ainda promovem esta representação. Não seriam estes museus historicamente a representação apenas dos ideais das elites sociais e políticas? Na grande maioria dos casos sim. Os museus tradicionais são peças fundamentais para entendimento de períodos históricos, do ponto de vista de classes dominantes, ou da forma como representam a si mesmas, na relação com Estado, ou ainda em relação a bens culturais e artísticos de seu tempo.

Em contraponto, a este caráter restrito e elitista dos museus tradicionais tanto em termos de representação quanto em termos de público, surge nos anos 1960 e 70 um movimento internacional que defendia uma nova Museologia baseada em problematizar o papel social dos museus na sociedade em que estão inseridos. A reboque desta nova museologia surge a chamada Museologia Social.

Como aponta Tereza Scheiner (2012), a Museologia Social é fortemente associada à Declaração de Santiago, documento resultante da 9ª Conferência do ICOM (Conselho Internacional de Museus) que aconteceu em Santiago, Chile, em maio de 1972. O evento fazia parte das discussões mundiais sobre o meio ambiente integral, desenvolvidas por ocasião da I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em junho de 1972 em Estocolmo, Suécia.

A autora questiona esta vinculação ao apontar que no desenvolvimento da prática museológica, a partir dos anos 1960: “*os museus, de modo geral, começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais*” (SCHEINER, 2012).

A noção de Museu Integral aparece neste contexto como uma resposta às novas demandas colocadas aos museus, pensando o processo de musealização como um todo. Nesta direção, para Tereza Scheiner (2012), os novos museus passam a ser pensados como:



“...um conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou com alguma ênfase no trabalho comunitário, atuando diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012, p 19).

A reboque desse processo, ocorre a criação da Política Nacional de Museus pelo Ministério da Cultura em 2003, com a posterior criação de uma autarquia especializada, o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM em 2009. O mesmo texto legal, por sua vez, estabelece o Estatuto de Museus. Vale destacar que estas são consequências também da organização e consolidação da Museologia no Brasil enquanto campo profissional.

O Estatuto de Museus, Lei federal 11904/2009, define os museus como:

“...as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (IBRAM, 2009, p. s/n.).

O Estatuto de Museus ainda aponta como princípios fundamentais dos Museus brasileiros a promoção da cidadania, o cumprimento da função social, a universalidade do acesso e o respeito a valorização da diversidade cultural.

Por sua vez, a partir da Convenção Internacional sobre Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões culturais (2005), da qual o Brasil é signatário: o direito à memória pode e deve ser entendido como um direito cultural, já que é uma das condições para produção, registro, gestão e difusão de iniciativas culturais, além de uma das formas de garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural.

Neste contexto são oficialmente adotados no Brasil os conceitos de museu integral, de museu de território/ecomuseu e museu comunitário, como propostas comuns de realizações de uma prática museológica voltada a sociedade onde o museu está inserido socialmente, como equipamento urbano ou localizado geograficamente. Trata-se de uma prática museológica que modifica o modo de atuar as funções básicas da Museologia – relativizando o poder do especialista museólogo pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias (SCHEINER, 2012).

O Instituto Brasileiro de Museus definiu os Museus Comunitários no Manual de preenchimento da Pesquisa Anual de Museus 2014 da seguinte forma:

“Museus que têm como principais objetivos a valorização e desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos. Caracterizam-se essencialmente pela gestão comunitária e, preferencialmente, pela participação dos integrantes da comunidade em seus trabalhos técnicos”. (Minc / IBRAM - Pesquisa Anual de Museus: instruções de preenchimento, 2014, p. 17).

Ao contrário do que se pode pensar, há um entendimento entre museólogos que defende a identificação de práticas comunitárias nos museus mais como uma forma de gestão social de qualquer museu instituído do que como uma tipologia de museus específica de comunidade. Do ponto de vista destes profissionais, todo museu que se propõe a ter uma gestão participativa e inserida na comunidade local pode ser um museu comunitário. Se qualquer Museu pode ter sua dimensão comunitária, não se estaria valorizando apenas o aspecto organizacional dos museus? Como podemos medir a real inserção de um museu na sociedade ou comunidade em que atua?



Por sua vez, os próprios museus comunitários, no empenho de se afirmarem como uma tipologia específica de museu, constituíram a Associação Brasileira de Museus Comunitários - ABREMC em 2004, e já promoveram cinco encontros nacionais dos Museus comunitários e Museus de território / Ecomuseus³.

A definição de Museus Comunitários adotada pela ABREMC, provém da experiência de constituição de museus comunitários no sul do México, através de um movimento consolidado ao longo dos últimos vinte anos em colaboração com diversas comunidades do Estado de Oaxaca.

Como afirmam as antropólogas mexicanas, Teresa Morales e Cuauhtémoc Ocampo (2008), “*o museu é sempre uma interpretação da vida, uma seleção específica e significativa da realidade e nunca é uma expressão direta da vida como se não houvesse um autor para esta interpretação*” (MORALES e OCAMPO, 2004). A seguir, as mesmas autoras apresentam sua definição de Museu Comunitário:

“...o museu comunitário é uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, enquanto as comunidades se apropriam dele para enriquecer as relações no seu interior, desenvolver a consciência da própria história, propiciar a reflexão e a crítica e organizar-se para a ação coletiva transformadora” (MORALES e OCAMPO, 2004, p.2).

Há uma grande diversidade de museus comunitários no Brasil: indígenas, quilombolas, de favela, rurais, etc. Como alguns exemplos podemos citar o Museu da Maré (Favela da Maré – RJ), o Museu Treze de Maio (Santa Maria – RS), o Museu Muquifu: Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Belo Horizonte – MG), Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (Ouro Preto – MG), o Ecomuseu da Amazônia (Belém – PA) e a Rede Cearence de Museus Comunitários⁴.

Tendo em vista a diversidade de Museus Comunitários, existe um desafio para a afirmação de uma definição consistente para a tipologia, e sobretudo, abrangente do termo. Talvez não seja possível estabelecer um conceito definitivo ou suficientemente abrangente de Museu Comunitário, mas uma diversidade de pontos de vista entre profissionais da museologia, militantes da museologia social, gestores culturais e comunidades, processos museais e práticas de museologia comunitária.

Desta maneira, se a permanência e continuidade devem ser um dos principais elementos de uma Política Cultural (RUBIM & BARBALHO, 2007), a imprecisão do conceito de Museu Comunitário coloca um desafio ao elaborarmos uma Política Cultural específica.

Se os Museus Comunitários são a expressão da identidade, dos direitos culturais, do patrimônio material e imaterial de diferentes comunidades e localidades, uma política cultural museológica de comunidade também precisa ser representativa e expressiva na mesma direção.

A principal política cultural destinada a chamada Museologia Comunitária, pelo menos a nível nacional, foi o Programa Pontos de Memória (no período de 2009-16), iniciativa semelhante ao Programa Cultura Viva e aos Pontos de Cultura, sobretudo diante das ferramentas institucionais utilizadas, porém em escala menor e com objetos de trabalho distintos.

Surgido em 2009⁵, o Programa Pontos de Memória teve como objetivo reconhecer e promover

3 O V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários ocorreu de 14 a 17 de outubro de 2015 no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora – MG – Brasil.

4 A Rede Cearence de Museus Comunitários se define como composta por coletivos sociais, étnicos, entre indígenas, assentados, pescadores, profissionais, estudantes e ambientalistas de várias regiões do estado do Ceará (Cariri, Litoral, Leste e Oeste, Acaraú, Serra de Baturité, região metropolitana, sertão-central e dos Inhamuns).

5 O Programa Pontos de Memória, surgiu em 2009, articulado com a Política Nacional de Museus, do aporte



iniciativas e ações de Museologia Social no Brasil, e posteriormente de comunidades de brasileiros no exterior. A partir de 2011, o Programa passou a ser desenvolvido através de um termo de cooperação específico, que reconheceu e fomentou por meio de três Editais de seleção (2011, 2012 e 2014), cento e oito Pontos de Memória. No entanto, nem todos os Pontos de Memória reconhecidos correspondem a Museus Comunitários ou instituições e espaços permanentes de Museologia Comunitária, mas a ações e projetos de Museologia Social em determinadas comunidades.

A seguir, recupero e problematizo em parêntesis o documento final produzido pelo 1º Encontro Nacional do ICOM-Brasil⁶, que em 1995 já antecipava na forma de proposições, alguns dos pontos fundamentais da Política Nacional de Museus, surgida oito anos mais tarde, e que nos ajuda, no presente, a questionar a dimensão comunitária dos Museus tradicionais:

| Proposições do 1º Encontro Nacional do ICOM-Brasil (1995) | Questionamentos |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Os museus são espaços catalisadores e socializadores do conhecimento, como espaços referenciais da memória dos grupos, com base na pluralidade cultural. | Porém, como promover esta pluralidade cultural sem privilegiar a memória de um grupo social sobre a do outro? |
| Os Museus são incentivadores da identidade cultural regional, levando a reflexão sobre a realidade sociocultural local e suas ligações a nível nacional e internacional. | Por outro lado, como dialogar uma identidade regional local com padrões museológicos institucionais e profissionalizados? |
| Cabe aos Museus enriquecer o debate a partir das definições de cultura e sociedade, valorizando a memória no âmbito da cultura e a participação ativa dos museus nas comunidades. | Como possibilitar a real participação e empoderamento das comunidades nos museus? |
| A ação museológica deve partir de um profundo conhecimento da comunidade a que se destina e garantir sua participação em todas as etapas do processo, empoderando os atores sociais com métodos e técnicas museológicas. | Como a capacidade e legitimidade de criação de museus pode ser de fato ampliada e universalizada para atender os direitos culturais de todos os grupos sociais? |

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio autor com base no documento final produzido pelo 1º Encontro Nacional do ICOM-Brasil (1995), publicado em (ICOM / Brasil, 2010).

do Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI, e foi desenvolvido por meio de Cooperação Técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI através uma experiência piloto com 12 Pontos de Memória “pioneiros”.

6 Primeiro encontro da representação brasileira do Conselho Internacional de Museus - ICOM, realizada em maio de 1995 em Petrópolis, Rio de Janeiro.



A partir do campo da Ciências Sociais

Quais podem ser as contribuições do campo das Ciências Sociais para definição do conceito de museu comunitário? Do ponto de vista das Ciências Sociais, ao qualificarmos um Museu de Comunitário, estaríamos delimitando claramente o que o distinguiria de outros tipos de museus? Como as ciências sociais podem contribuir para qualificar esta dimensão comunitária? E para o desenvolvimento de uma Política Cultural para os Museus Comunitários?

Como aponta Outhwaite & Bothmore (1996), uma das reflexões fundamentais parte da noção de que: *“o conceito de Comunidade seria um dos conceitos mais vagos e evasivos em ciência social... o que tem origem na diversidade de sentidos atribuída à palavra e as diversas conotações emotivas que evoca”*. Segundo os autores, o termo tornou-se uma palavra usada para tudo, *“descrevendo pequenos povoados dos mais diversos tipos, como favelas, vizinhanças, povoados distantes e grupos étnicos, e até nações e organizações internacionais”* (OUTHWAITE & BOTHMORE, 1996). Assim, o conceito de Comunidade é usado para se referir a diferentes escalas de sociedade e dimensões territoriais, e é comumente usado e apropriado desta maneira no campo das políticas públicas.

Em todo caso, para os autores, uma das possibilidades de definição geral de Comunidade: *“se refere a um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso de interdependência e integração”* (OUTHWAITE & BOTHMORE, 1996).

De fato, um caráter identitário comum e o compartilhamento de espaços coletivos são pontos fundamentais para toda comunidade, porém, a existência apenas de um espaço coletivo sem uma identidade coletiva não corresponderia a uma comunidade. Por outro lado, poderíamos perguntar como esta dimensão comunitária, identitária e espacial, comportaria a diversidade social e cultural presente em grandes centros urbanos ou mesmo na vida social moderna de médias cidades.

Nesse sentido, não podemos pensar o conceito de comunidade, associado aos Museus comunitários, de um ponto de vista apenas de pequenas comunidades coesas, com regras e identidade comuns. Precisamos pensá-las enquanto um sentido ou significado comum acionado por determinado grupo de pessoas para afirmar e defender seu ponto de vista social, político e cultural na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, vamos em direção ao conceito defendido por Teresa Morales e Cuauhtémoc Ocampo (2008), os Museus comunitários são *“uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos”*, seja para organização coletiva, a mobilização social, a afirmação de uma identidade coletiva por meio da memória comum, para reflexão e crítica representada num espaço de um museu.

No entanto, vale questionar se os Museus Comunitários podem ser entendidos como uma forma de associativismo local, como dentre os muitos existentes nas sociedades? Mas o que o distingue de outras formas de organização social como associações de bairro, centros comunitários, movimentos sociais ou mesmo entidades assistenciais autogeridas?

Ambas as organizações defendem os direitos de uma dada comunidade, uma associação de bairro defende os direitos sociais, e um Museu Comunitário seus direitos culturais, entendendo o direito à memória como um direito cultural: direito à identidade e à proteção ao patrimônio cultural. No entanto, talvez o que melhor distingue um Museu comunitário de uma associação comunitária seja seu objetivo e sentido de existência, assim como também a forma de representar a própria comunidade e se comunicar com ela. Um museu comunitário se mobiliza por uma comunidade da mesma forma que a uma associação local



o faz, mas o fará com outras recursos e ferramentas, tais como uma exposição construída coletivamente, um debate sobre as histórias que construíram a localidade, um curso de formação educativa de novas gerações, etc.

Como destaca, a publicação “Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social” do Programa Pontos de Memória / Instituto Brasileiro de Museus (2016):

“...experimentamos... o crescimento da Museologia Comunitária, que traz como foco sua função social, resignificando os museus como espaços não apenas educativos e de convivência, pesquisa, exposição de acervos e coleções, mas também de formação política dos indivíduos e de comunidades engajadas no processo de forjar suas próprias narrativas museais... um movimento amplo e diverso, composto por uma grande diversidade de atores e instituições...” (IBRAM, 2016, p.6)

Nesse sentido, não diferente de outras formas de organização e mobilização social, os Museus comunitários vivem um processo entre liberdades, tensões e riscos colocados entre a informalidade e a institucionalização de suas instâncias sociais e participação. Dentre os riscos que podemos apontar, existe o risco da cooptação de lideranças e seu direcionamento a interesses particulares, ainda que continuem falando em nome do grupo como um todo e mantendo sua legitimidade coletiva.

De fato, associações de bairro, centros comunitários, movimentos sociais passam pela mesma situação. O ponto da questão talvez esteja no real empoderamento das comunidades na gestão do Museu, e no controle social existente frente ao modelo de gestão adotado no Museu Comunitário.

Afinal, a atribuição “comunitário” nem sempre pode representar, de fato, um espaço democrático e uma gestão participativa. Por outro lado, se esta dimensão comunitária pode ser colocada à prova em museus comunitários advindos das próprias comunidades, não se pode questionar no mesmo sentido a dimensão comunitária e participativa de museus tradicionais?

Os museus comunitários precisam ser um agente social entre a cultura, a memória local e o restante da sociedade. Precisam abarcar a diversidade de agentes, ações, costumes e valores de uma comunidade. Isto, tendo um modelo de gestão social que garanta que as decisões, ações e atividades sejam realmente participativas e representativas da diversidade social e cultural das comunidades em que estão inseridos.

Para Tereza Scheiner (2012), teoricamente, “*as experiências mais abertas de prática museológica deveriam corresponder às sociedades (ou aos grupos sociais) mais democráticos, capazes de tolerar a diferença e de aceitar a pluralidade*”. Desta maneira, museus mais democráticos e participativos estão em sociedades e comunidades mais democráticas e participativas, como um reflexo de sua cultura política e práticas sociais.

Considerações finais

Se a noção de museu integral e a museologia social surgem para aproximar os museus das sociedades em que estão inseridos, os museus comunitários, seja enquanto práticas participativas de gestão de museus instituídos, ou como instituições sociais construídas pela própria comunidade local, tem o papel fundamental de aproximar as sociedades dos museus.

Independentemente dos museus comunitários serem considerados, por um entendimento entre museólogos, mais como uma forma de gestão organizacional participativa de museus, do que como um tipologia de museus de comunidade, como podemos medir a real inserção comunitária de um museu na sociedade em que atua?



Por outro lado, diante da grande diversidade de museus comunitários existentes, há um grande desafio para a afirmação de uma definição consistente, e sobretudo, abrangente do termo que oriente a construção de políticas públicas de cultura a eles destinados. Não há um conceito definitivo ou suficientemente abrangente de Museu Comunitário, mas controversos pontos de vista sobre processos museais e práticas de museologia comunitária entre profissionais da museologia, militantes da museologia social e gestores culturais.

Assim, qual seria o papel social dos convencionais detentores do “poder de criar museus” como empresários, colecionadores de arte e do próprio Estado no diálogo com os Museus Comunitários ou com as práticas de museologia social?

Por fim, vale destacar que a proposta deste artigo está em enriquecer o debate do campo transdisciplinar da museologia a partir das problematizações das ciências sociais, e seus desdobramentos para a política cultural na área, contribuindo para a construção de visões suficientemente abrangentes do Museu Comunitário enquanto agente cultural.

Pretendeu-se desta maneira, valorizar a ação de grupos sociais na afirmação de sua própria representação e memória social, incentivando, por sua vez, a participação ativa das comunidades nos museus e dos museus nas comunidades, tendo a participação e o controle social como elementos essenciais do desenvolvimento de qualquer política cultural.



REFERÊNCIAS

BRUNO, Maria Cristina Oliveira BRUNO (Org.) ICOM Brasil e o pensamento museológico brasileiro - documentos selecionados - Volume 1 - São Paulo: Pinacoteca do Estado - Sec. de Estado da Cultura, 2010.

GEIGER, Amir ... [et al.] ; Vera Dodebei, Francisco R. de Farias, Jô Gondar (Org.), Por que memória social? / — 1. ed. — Rio de Janeiro : Híbrida, 2016. 379 p. : il. ; 23 cm. — (Revista Morpheus : estudos interdisciplinares em Memória Social : edição especial, ISSN 1676-2924 ; v. 9, n. 15)

GONÇALVES, José Reginaldo S. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

GUIA DE MUSEUS BRASILEIROS – 2011 – IBRAM / MINC - Acesso em 05 setembro de 2016 - disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_extintos.pdf

IBRAM, Pesquisa Anual de Museus 2014: instruções de preenchimento / Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal – Brasília – DF: Ibram , 2014.

ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados / Org.: maria Cristina Oliveira Bruno – São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

MORALES, Teresa e OCAMP, Cuauhtémoc - O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? in “El concepto del museo comunitario: ¿historia viviente o memoria para transformar la historia?” - Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 6-10 octubre, 2004.

OUTHWAITE, William & BOTHOMORE, Tom (editores) - Dicionário do pensamento social do Século XX; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PONTOS DE MEMÓRIA: metodologia e práticas em museologia social / Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. – Brasília (DF): Phábica, 2016. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf>

PROGRAMAÇÃO do V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários ocorreu de 14 a 17 de outubro de 2015 no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora – MG – Brasil.

RUBIM, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Salvador, EDUFBA ,2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2004, vol.19, n.55, pp.53-72. ISSN 1806- 20 páginas 9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200004>.

SCHEINER, Tereza Cristina - Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

UNESCO - Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural - Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 5 maio de 2016.

UNESCO - Convenção Internacional sobre Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões culturais (2005) – Ministério da Cultura – Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>

Website da ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - Acesso em 10 dezembro de 2016 - disponível em: <http://www.abremc.com.br/>

Website do International Council of Museums – ICOM - Acesso em 10 dezembro de 2016 - disponível em: <http://icom.museum/>

Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. - Institui o Estatuto de Museus e dá outras - Acesso em 05 maio de 2016 – disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

